



COMISSÃO DISCIPLINAR DO	
S.T.J.D. / C.B.A.	
Folha N°	288
Proc. N°	29/2010-CD
RUBRICA	

COMISSÃO DISCIPLINAR DO S.T.J.D.

Processo 29/2010 – CD

DENÚNCIA

DENUNCIANTE: Procuradoria do STJD da CBA

DENUNCIADOS: Rodrigo Sperafico, Ricardo Sperafico e Alan Hellmeister

RELATÓRIO

Trata-se de denúncia oferecida pela Procuradoria em face de Rodrigo Sperafico, Ricardo Sperafico e Alan Hellmeister, pilotos inscritos na Confederação Brasileira de Automobilismo, em razão de os mesmos terem ignorado a determinação da direção da prova em que competiram de realizarem o “drive through” como sanção imposta em decorrência de outra infração por eles cometida.

A prova em que ocorreram os fatos foi a 10ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Stock Car V8 2010, realizada em Santa Cruz do Sul (RS), no dia 24 de outubro de 2010.

Os carros pilotados pelos Denunciados foram os de números 19 (Rodrigo Sperafico), 20 (Ricardo Sperafico) e 02 (Alan Hellmeister).

Ocorre que durante a prova, os Denunciados, assim como os Pilotos dos carros 14, 21, 06, 35, 11, 08, 25, 01 e 28, ingressaram no Box para realizar abastecimento antes da apresentação da placa de Box aberto pelo PSDP, caracterizando irregularidade passível de punição.

A todos os Competidores que realizaram a manobra sem a devida autorização do PSDP, foram impostas pelos Comissários Desportivos as sanções adequadas, sendo para os Denunciados e para os Pilotos dos carros 14, 21, 06, 35 e 01, a realização de “drive through”, medida comunicada aos infratores através de rádio, e para os demais Corredores, dos carros 11, 08, 28 e 25, como não havia tempo hábil para aplicação da mesma sanção, estes foram penalizados com acréscimo de 20 (vinte) segundos aos seus tempos finais de prova.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Rua da Glória, 290 - 8º andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20241-180 - Tel: (21) 2221-4895 - Fax: (21) 2221-4531
www.cba.org.br



No entanto, os Denunciados ignoraram a determinação dos Comissários Desportivos, deixando de realizar o “drive through”, preferindo permanecer na pista até o final da corrida, situação que acarretou na desclassificação dos mesmos.

A D. Procuradoria ofereceu denúncia em face dos três Pilotos por entender que suas condutas não foram a que se espera de um piloto profissional, já que não cumpriram o “drive through” conforme determinado pelos Comissários Desportivos, caracterizando atitude antidesportiva enquadrada no artigo 128, item 4, do Código Desportivo do Automobilismo, requerendo a aplicação da sanção prevista no artigo 191, inciso III do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, condenando-os à pena pecuniária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada um dos Denunciados.

Na denúncia foram arroladas 4 (quatro) testemunhas.

Atendendo solicitação da Procuradoria do STJD, a Confederação Brasileira de Automobilismo forneceu cópia integral autenticada da pasta de prova da 10ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Stock Car V8 2010.

Em despacho de fl. 222, o Excelentíssimo Presidente desta Comissão Disciplinar recebeu a denúncia e designou este Auditor como relator do feito, além de determinar a citação dos denunciados para oferecerem defesa escrita no prazo de três dias.

Após citados, os Denunciados Rodrigo Sperafico e Ricardo Sperafico apresentaram defesa em conjunto, às fls. 226/238.

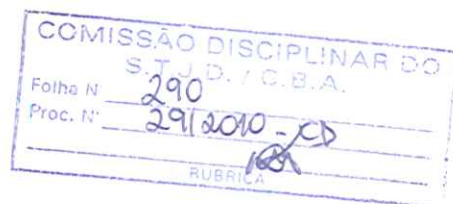
Na defesa foi arguida a preliminar de prescrição da pretensão punitiva com base no artigo 165-A, parágrafos 1º e 2º do CBJD, e no mérito, pugnaram pela improcedência da Denúncia, com a consequente absolvição dos Denunciados.

O Denunciado Alan Hellmeister, embora citado, conforme fl. 241, apresentou defesa intempestivamente.

É o relatório.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Rua da Glória, 290 - 8º andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20241-180 - Tel: (21) 2221-4895 - Fax: (21) 2221-4531
www.cba.org.br



COMISSÃO DISCIPLINAR DO S.T.J.D.

Processo 29/2010 – CD

DENÚNCIA

VOTO AUDITOR RELATOR

Inicialmente, convém decretar a revelia do Denunciado Alan Hellmeister, uma vez que sua defesa foi apresentada intempestivamente, na medida em que sua citação foi realizada no dia 25/02/2011, conforme fl. 241, e sua defesa somente foi entregue no dia 28/03/2011.

A simples alegação de que a citação não foi para seu endereço residencial correto não tem o condão de afastar a decretação da revelia, já que o envio foi para o local cadastrado na CBA como sendo sua residência, cabendo ao Piloto atualizar seus dados cadastrais quando houver qualquer alteração.

Ademais, não foi apresentada prova de que seu endereço não é aquele cadastrado junto à CBA.

Portanto, decreto a revelia do Denunciado Alan Hellmeister em razão da apresentação intempestiva de sua defesa, e determino o desentranhamento da referida peça dos autos, devolvendo-a ao Denunciado e/ou a seu patrono.

Importante que se estabeleça como causa determinante para caracterizar a atitude antidesportiva prevista no artigo 128, item 4, do CDA, o fato de os Denunciados não terem cumprido determinação dos Comissários Desportivos para realizarem o “drive through” como sanção imposta devido à parada no Box antes de autorizado pelo PSDP (infração cometida anteriormente).

De fato, tal conduta não deve ser adotada por atletas profissionais de qualquer modalidade esportiva, sendo pertinente a comparação traçada pela Procuradoria com a hipótese de um jogador de futebol que se recusa a deixar o campo após ser expulso pelo árbitro. Vejamos que, tanto neste exemplo como no caso específico dos Denunciados, há resistência dos atletas em cumprir uma penalização imposta pela autoridade desportiva.

Portanto, entendo como reprovável a postura dos Denunciados.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Rua da Glória, 290 - 8º andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20241-180 - Tel: (21) 2221-4895 - Fax: (21) 2221-4531
www.cba.org.br



Quanto à defesa dos demais Denunciados, Rodrigo Sperafico e Ricardo Sperafico, apresentada em conjunto, analisando a preliminar arguida, entendo que não foi consumada a prescrição da pretensão punitiva, uma vez que a denúncia foi protocolizada em 06/12/2010, o que leva à conclusão de que a Procuradoria somente tomou conhecimento efetivamente dos acontecimentos naquela oportunidade, ou seja, após as devidas apurações, já que até então somente havia informações não oficiais sobre os fatos transmitidas pelos meios de comunicação.

Assim, considerando que o prazo prescricional da pretensão punitiva conta-se da data em que o fato se tornou conhecido pela Procuradoria (art. 165-A, parágrafo 6º, alínea "d" do CBJD), e que são de 60 (sessenta) dias para que prescrição se configure (art. 165-A, parágrafo 2º do CBJD), e, considerando, ainda, a suspensão deste prazo durante o recesso forense (art. 169-A do CBJD) que ocorreu entre 23/12/2010 e 21/01/2011, conforme Portaria nº 02/2010 do STJD da CBA, é correto afirmar que não se operou a prescrição no presente caso, já que a denúncia foi recebida em 17/02/2011.

Dessa forma, rejeito a preliminar de prescrição da pretensão punitiva.

No mérito, os argumentos lançados pela defesa não foram suficientes para convencer este relator de que a denúncia não mereça prosperar.

É frágil a tese de que a responsabilidade pelo não acatamento da sanção imposta pelos Comissários Desportivos (drive through) seria das respectivas equipes pelas quais corriam os Denunciados Rodrigo e Ricardo Sperafico. É óbvio que se houve determinação dos responsáveis das equipes para que os Pilotos não realizassem o "drive through", esta jamais poderia ser seguida, uma vez que ninguém está obrigado a obedecer ordem manifestamente ilegal, o que é o caso de um comando que afronta uma outra ordem lícita e legal.

Outra tese que merece ser afastada é a da extinção da punibilidade pela retroatividade de nova norma que não mais considera o fato como infração.

Apesar de todo o esforço da defesa, com todo respeito, o fato que gerou a denúncia foi o não cumprimento de uma sanção imposta pelos Comissários Desportivos. E pelo que se vê do artigo 128, item 4 do CDA, tal hipótese não sofreu nenhuma alteração que pudesse ser aproveitada em favor dos Denunciados.

Portanto, também ficar afastada esta tese de defesa.

Também não deve vingar a tese defensiva de que os Pilotos foram levados a erro por suposta informação equivocada do narrador oficial da prova.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Rua da Glória, 290 - 8º andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20241-180 - Tel: (21) 2221-4895 - Fax: (21) 2221-4531
www.cba.org.br



É de conhecimento de todos os competidores que a parada no Box deve ser previamente autorizada pela direção da prova, não sendo plausível admitir que os pilotos Denunciados se influenciariam pela manifestação do narrador da competição.

Logo, também deixo de acolher esta tese de defesa.

Em relação ao inconformismo dos Denunciados pela punição de outros competidores com acréscimo de 20 segundos ao tempo final da prova, e não com o cumprimento do "drive through", é evidente que não pode haver comparação uma vez que aqueles não puderam ser atingidos com a mesma penalidade, o que justifica o acréscimo aos respectivos tempos de prova dos demais pilotos por ser a sanção cabível.

Assim, deixo de acolher este argumento defensivo.

Quanto à sanção pecuniária, entendo razoável o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada Denunciado, valendo ressaltar que corresponde à metade da pena máxima prevista.

Ante o exposto, voto **pelo acolhimento da Denúncia**, condenando cada um dos Denunciados ao pagamento de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser cumprida no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o trânsito em julgado desta decisão, na forma do artigo 191, inciso III, do CBJD.

Em tempo:

Após ouvir as ponderações e os votos dos Auditores Marcia Alice Santos Hartung e Marcelo Coelho de Souza, reposiciono-me tão somente em relação ao valor da multa, retificando meu voto para reduzi-la a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), ficando da seguinte forma:

Ante o exposto, voto **pelo acolhimento parcial da Denúncia**, condenando cada um dos Denunciados ao pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser cumprida no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o trânsito em julgado desta decisão, na forma do artigo 191, inciso III, do CBJD.

Rio de Janeiro (RJ), 30 de março de 2011.


RICARDO CORIOLANO CARVALHO
AUDITOR RELATOR

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Rua da Glória, 290 - 8º andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20241-180 - Tel: (21) 2221-4895 - Fax: (21) 2221-4531
www.cba.org.br



COMISSÃO DISCIPLINAR DO	
S.T.J.D. / C.B.A.	
Folha N°	294
Proc. N°	2912010 - CD
RUBRICA	

Proc. Nº. 29/2010 C.D.- DENÚNCIA

DENUNCIADOS : RODRIGO SPERAFICO, RICARDO SPERAFICO, ALAN HELLMEISTER.

VOTO

A denúncia imputou aos pilotos acima referidos, a prática de atitude anti-desportiva, correspondente a conduta descrita no artigo 128, item 4, do Código Desportivo do Automobilismo-CDA, pugnando pela aplicação da sanção prevista no artigo 191, III do Código Brasileiro de Justiça Desportiva-CBJD, acrescentando-se a desclassificação já aplicada administrativamente a cominação de punição pecuniária no valor de R\$.50.000,00, para cada um dos denunciados a ser cumprida em cinco dias úteis, após o trânsito em julgado da decisão.

Como matéria preliminar as defesas argüiram a extinção da pretensão punitiva pela prescrição, que não foi aceita pela maioria dos Auditores.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Rua da Glória, 290 - 8º andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20241-180 - Tel: (21) 2221-4895 - Fax: (21) 2221-4531
www.cba.org.br



No mérito, a maioria dos Auditores votantes, entendeu pelo acolhimento parcial da denúncia, tão somente, para diminuir a sanção pecuniária para o valor de R\$.30.000,00, posição que ratifico, já que não há nos autos nenhuma prova de que os acusados tenham sido punidos por infração anterior, e caso prevalecesse o valor da multa requerido na denúncia, deixaria de ser atendido o previsto no artigo 178 do CBJD, que deve ser observado na dosimetria da aplicação da pena.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2011


RUBENS MEDEIROS
Presidente da Comissão Disciplinar do
Superior Tribunal de Justiça Desportiva

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Rua da Glória, 290 - 8º andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20241-180 - Tel: (21) 2221-4895 - Fax: (21) 2221-4531
www.cba.org.br



COMISSÃO DISCIPLINAR DO
S.T.J.D. / C.B.A.
Folha N° 296
Proc. N° 29/2010-CD
RUBRICA 148

JUSTIÇA DESPORTIVA
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA
COMISSÃO DISCIPLINAR

DENÚNCIA 29/2010-CD
Denunciante: Procuradoria do STJD da CBA
Denunciados: Rodrigo Sperafico
Ricardo Sperafico
Alan Hellmeister
Vogal Vencido: Gérard Philipe Filizzola de Medeiros

VOTO VENCIDO

VOTO VENCIDO: QUESTÃO PRÉVIA E MÉRITO.

I) DENÚNCIA. PROCESSO DISCIPLINAR.
CAPITULAÇÃO: ART. 191, III, CBJD. PRETENSÃO
PUNITIVA DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO. ART. 165-A, §
2º, CBJD.

Os termos iniciais dos prazos prescricionais e as respectivas causas de interrupção são taxativamente previstos pela legislação (art. 165-A, CBJD), razão pela qual não se pode admitir a modificação discricionária de qualquer deles. Se, pois, entre a consumação da infração e o recebimento da denúncia se passam mais de sessenta dias, avulta a prescrição da pretensão punitiva disciplinar da Procuradoria da Justiça Desportiva, mostrando-se irrelevante, inclusive, a data de sua ciência dos fatos, porquanto não configurada hipótese excepcional de falsidade (cf. art. 165-A, § 6º, d, CBJD).

II) DESCUMPRIMENTO DE REGRAS DA PROVA: ENTRADA PRECIPITADA NOS BOX. PENALIZAÇÃO: "DRIVE THROUGH". DESOBEDIÊNCIA DELIBERADA À ORDEM DOS COMISSÁRIOS. DENÚNCIA NAS PENAS DO ART. 191, III, CBJD. INADEQUAÇÃO TÍPICA. INTELIGÊNCIA DA NORMA. BEM JURÍDICO TUTELADO: ORGANIZAÇÃO, HIGIEDEZ E HIERARQUIA DO SISTEMA DESPORTIVO. ABRANGÊNCIA RESTRITA A QUESTÕES ADMINISTRATIVAS.

A melhor exegese do art. 191 do CBJD não autoriza sua aplicação indiscriminada a todo e qualquer descumprimento de regras regulamentares do esporte, independentemente de suas naturezas.

Se, portanto, o bem jurídico tutelado toca à "Administração Desportiva, às Competições e à Justiça Desportiva" (cf. CBJD), a interpretação sistemática da norma, à luz de sua "ratio", não conduz a outra conclusão senão a de que seu alcance se limita a questões de ordem meramente administrativa, burocrática, de regularidade documental, cadastral etc.; bem por isso, não se concebe a incidência do tipo em voga para o competidor em prova, que "descumpra" regras ordinárias da modalidade desportiva.

III) DETERMINAÇÃO DOS COMISSÁRIOS. DESOBEDIÊNCIA DOS PILOTOS. RECALCITRÂNCIA ILEGÍTIMA. CONDUTA CONTRÁRIA À DISCIPLINA E À ÉTICA DESPORTIVA. DESCLASSIFICAÇÃO: ART. 258, CBJD. PENA: SUSPENSÃO POR PROVA. PRIVILÉGIO. SUBSTITUIÇÃO: ADVERTÊNCIA. ART. 258, § 1º, CBJD.

Independentemente de eventual dúvida anterior quanto ao momento de abertura dos box, se a penalização de "drive through" é explícita e inequívoca, mas, mesmo assim, os pilotos optam por descumprir deliberadamente a ordem, assumindo o risco do resultado, decerto que

cometem ação contrária à disciplina e à ética desportiva, não tipificada por outras regras do CBJD (art. 258), fazendo jus à pena de suspensão por uma prova, substituída pela advertência, por força do privilégio legal.

Ousei divergir da d. maioria, tanto na questão prévia, quanto no mérito, pelos motivos adiante explicitados.

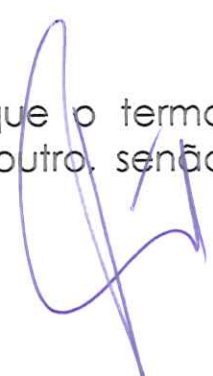
Com todas as vênias, a prescrição da pretensão punitiva disciplinar da Procuradoria é manifesta.

Isso porque, conforme art. 165-A, § 2º, CBJD (na redação conferida pela Res. CNE 29/2009), o respectivo prazo é de *sessenta dias*, que se interrompe, *exclusivamente*, nas hipóteses elencadas no art. 168 do mesmo Código, quais sejam: a instauração de inquérito e o recebimento da denúncia (incisos I e II, respectivamente).

Acresça-se a tais premissas o fato de que, no caso concreto, o *dies a quo* do aludido prazo é, sem dúvida alguma, o *dia em que a infração se consumou*, na inequívoca dicção do art. 165-A, § 6º, a, do CBJD (Res. CNE 29/2009).

Assim, tem-se que a alegada infração disciplinar ocorrera na data do evento desportivo, **24/10/2010**, mas a denúncia só veio a ser recebida em **17/02/2011** (cf. fls. 222), donde se conclui, de forma tranquila, que a prescrição realmente se consumou – e não se olvida do recesso deste órgão (cf. art. 169-A, CBJD), que, no entanto, se mostrou totalmente insignificante para fins de verificação da prescrição, uma vez que o lapso temporal ultrapassou em muito o prazo legal.

Nem se alegue, por outro lado, que o termo inicial da prescrição, *in casu*, seria qualquer outro, senão vejamos.



Estabelece o art. 165-A, § 6º, CBJD (Res. CNE 29/2009):

Art. 165-A

§ 6º A pretensão punitiva disciplinar conta-se:

- a) do dia em que a infração se consumou;
- b) do dia em que cessou a atividade infracional, no caso de tentativa;
- c) do dia em que cessou a permanência ou continuidade, nos casos de infrações permanentes ou continuadas;
- d) do dia em que o fato se tomou conhecido pela Procuradoria, nos casos em que a infração, por sua natureza, só puder ser conhecida em momento posterior àqueles mencionados nas alíneas anteriores, como nos casos de falsidade.

Ocorre que, como se vê, não cuida a espécie de infração *tentada, continuada, permanente*, nem, muito menos, que só poderia ser conhecida em *momento posterior* à data de sua consumação.

Ora, o só fato de ter a Procuradoria tido notícia da infração muito ao depois de seu suposto cometimento não tem, de forma alguma, o condão de modificar o termo inicial do respectivo prazo prescricional.

A norma é, aliás, claríssima ao destacar que o termo inicial da prescrição somente coincidirá com dia em que a Procuradoria tiver conhecimento da infração *nas hipóteses em que, por sua natureza, ela só puder ser mesmo conhecida em momento posterior aos mencionados nas demais alíneas*, exemplificando com os casos de falsidade.

A propósito, este é um nítido paralelo traçado pelo legislador desportivo com o art. 111 do Código Penal, segundo o qual a prescrição corre da data em que o fato

se tornou conhecido nos crimes de bigamia e nos de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil. Somente nestes casos.


É claro!

Se a infração, por sua própria essência, tem o escopo de escamotear a realidade, não seria lógico nem jurídico que a prescrição da pretensão punitiva corresse de sua consumação, oculta que seria esta; daí a previsão expressa e excepcional de se considerar a data do conhecimento do fato como termo inicial para a prescrição, pois só a partir deste momento se pode cogitar de eventual inércia do exercício do *jus perseguendi* disciplinar.

Nessas circunstâncias, avulta a inaplicabilidade da regra do art. 165-A, § 6º, d, CBJD, à espécie, tendo em vista que a alegada infração disciplinar, se houve, foi praticada diante de todos, espectadores, autoridades, equipes e quem mais estivesse presente na ocasião da realização da prova; não existiu, pois, nenhum *falsum* ou qualquer outra conduta que fosse capaz de impedir sua constatação *imediata*.

A se entender de forma diversa, deixar-se-á ao *total alvedrio* da Procuradoria da Justiça Desportiva a decisão quanto ao momento para oferecer sua denúncia, que se tornará absolutamente indefinido, protraindo-se, *ad æternum*, os prazos prescricionais, dos quais, a rigor, será feita *tabula rasa*. E o que é pior: tudo, em manifesto prejuízo ao denunciado!

Frise-se: ao acusado/denunciado, são totalmente irrelevantes eventuais entraves burocráticos, ou dificuldades relativas à reunião de documentação, levantamento de indícios de autoria e materialidade, enfim, não se pode pôr em sua conta a demora no recebimento da denúncia que lhe diz respeito, sejam quais forem os motivos para tal.



E no Processo Penal não é diferente: se tarda a investigação, por fato da Polícia ou do Ministério Público, a prescrição se consuma do mesmo jeito, sem que se cogite de alteração *discricionária* e gravosa dos prazos prescricionais, cujos termos iniciais e causas de interrupção estão previstos na lei, em rol *numerus clausus*.

Por esses fundamentos, acolhia a prescrição para declarar *extinta a punibilidade* dos denunciados, na forma do art. 164, IV, CBJD (Res. CNE nº 29/2009).

No mérito, igualmente divergi da orientação vitoriosa.

Foram os denunciados incursos nas penas do art. 191, III, do CBJD (Res. CNE nº 29/2009), que assim dispõe:

Art. 191. Deixar de cumprir, ou dificultar o cumprimento:

I – de obrigação legal; (AC).

II – de deliberação, resolução, determinação, exigência, requisição ou qualquer ato normativo ou administrativo do CNE ou de entidade de administração do desporto a que estiver filiado ou vinculado; (AC).

III – de regulamento, geral ou especial, de competição. (AC).

PENA: multa, de R\$ 100,00 (cem reais) a 100.000,00 (cem mil reais), com fixação de prazo para cumprimento da obrigação. (AC). (g.n.)

§ 1º É facultado ao órgão judicante substituir a pena de multa pela de advertência se a infração for de pequena gravidade. (AC).

§ 2º Se a infração for cometida por pessoa jurídica, além da pena a ser-lhe aplicada, as pessoas naturais responsáveis pela infração ficarão sujeitas a suspensão automática enquanto perdurar o descumprimento. (AC).

O entendimento da douta Procuradoria, sufragado pela não menos douta maioria desta Corte, foi no sentido de que os denunciados, por terem

desrespeitado ordem de realização de *drive through*, teriam cometido a infração tipificada no art. 191, III, do CBJD.

Porém, mais uma vez com as vênias devidas a este nobre Colegiado, penso que a conduta praticada, em hipótese alguma, poderia consubstanciar a infração descrita no art. 191, III, do CBJD, cuja aplicação indiscriminada, aliás, precisa ser urgentemente refreada, sob pena de todos os julgamentos das Cortes Desportivas se limitarem a cuidar, exclusivamente, dele. Explica-se.

Qual o bem jurídico tutelado pela norma disciplinar incriminadora?


Cumpre, inicialmente, tecer algumas considerações a respeito da natureza, origem e abrangência da norma insculpida no art. 191 do CBJD.

Tal disposição deve ser interpretada à luz de sua *ratio*, de forma sistemática e mesmo histórica.

O art. 191 é, hoje, o primeiro do capítulo: "*Das Infrações Relativas à Administração Desportiva, às Competições e à Justiça Desportiva*". Este capítulo, por seu turno, inaugura o **Livro III** do CBJD, que versa sobre as "*Infrações em Espécie*".

Outrora, contudo, a sistematização era um pouco distinta, embora semelhante à atual, na substância.

O **Livro II** do Código (antes da Res. CNE 29/2009) tratava das "*Medidas Disciplinares*". Nele, o **Título VIII** cuidava das "*Infrações Referentes à Organização, à Administração do Desporto e à Competição*", e o respectivo **Capítulo I** dispunha sobre as "*Infrações Referentes às Entidades de Administração do Desporto, Órgãos Públicos do Desporto e à Competição*".



Por sua vez, o dispositivo ora comentado, em sua redação anterior, conferida pela Res. CNE 11/2006, estabelecia:

Art. 191 Deixar de cumprir deliberação, resolução, determinação ou requisição do Conselho Nacional de Esporte (CNE), ou de entidade de administração do desporto.

PENA: suspensão de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias com fixação de prazo para cumprimento da obrigação, sob pena de suspensão automática até que o faça.

E, finalmente, a redação original do CBJD (Res. CNE 01//2003) apenas se diferenciava da redação de 2006 pelo preceito secundário do tipo, que previa:

PENA: Suspensão de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias. No caso do descumprimento da obrigação no prazo fixado, sujeita-se a entidade à infratora pena acessória de suspensão automática até que o faça.

Observe-se, portanto, que esta norma sempre visou a tutelar a organização das competições; o respeito à hierarquia entre os órgãos desportivos; o cumprimento das regras administrativas, enfim, preocupou-se o legislador em tipificar condutas tendentes a enfraquecer os comandos, inclusive normativos, promanados dos órgãos regularmente constituídos e investidos de atribuição para tanto.

Busca-se, com este preceito, evitar a desordem, a balbúrdia resultante do descumprimento deliberado das regras em matéria administrativa ou técnica, capaz de comprometer a higidez do sistema desportivo.

Nessa esteira, quem seria o destinatário desta norma?

Inicialmente, a lei aparentou dirigir o comando do art. 191 exclusivamente às pessoas jurídicas, já que o

CBJD de 2003 apenas fazia menção a "entidades infratoras"; entretanto, a redação atual resolve a dúvida, pois o parágrafo 2º daquele artigo discorre sobre a hipótese de ser a infração "cometida por pessoa jurídica", o que, a *contrario sensu*, conduz ao entendimento de que o atleta também pode ser considerado sujeito ativo daquele tipo.

De todo modo, o fato é que a jurisprudência desportiva, em geral, quando se ocupou do art. 191 do CBJD – em qualquer de suas redações –, na esmagadora maioria dos casos, o fez para sancionar ou absolver *entidades de prática desportiva, clubes, pessoas jurídicas*, enfim, aqueles que, comumente, estão mais sujeitos a descumprir deveres administrativos específicos impostos pelos regulamentos das competições – pagamento de taxas, cumprimento de prazos etc.

Colham-se como exemplo disso alguns julgados recentes:

STJD-Futebol – 1º CD

Processo: 005/2011

Jogo: Nacional Fast Club (PB) x Fortaleza E.C. (CE) – categoria profissional, realizado em 16 de fevereiro de 2011 – Copa do Brasil.

Denunciados: Nacional Fast Club, incurso nos Arts. 191 inciso III, 211 e 213 inciso III §1º, todos CBJD; Federação Amazonense de Futebol, incurso no Art. 191 inciso III do CBJD.

AUDITOR-RELATOR: DR. RICARDO GRAICHE.

RESULTADO: "Por unanimidade de votos, absolver o Nacional Fast Club, quanto as imputações dos Arts. 191 inciso III, 211 e 213 inciso III §1º, todos do CBJD e, multar a Federação Amazonense de Futebol em R\$ 500,00 (quinhentos reais), por infração ao Art. 191 inciso III do CBJD".

STJD-Futebol – 3º CD

Processo: 07/2011

Jogo: Bangu AC (RJ) X CN Capibaribe (PE) - categoria profissional, realizado em 16 de março de 2011 – Copa do Brasil

Denunciado: Bangu AC, incurso no Art. 191, II e III e 211 caput do CBJD

AUDITOR – RELATOR: Dr. JOSÉ TEIXEIRA FERNANDES.

RESULTADO: "Por unanimidade de votos, absolver o Bangu AC, quanto as imputações aos Arts. 191, II e III e 211 caput do CBJD."

TJD-Futebol/RJ – 3º CD

Processo: 262/2011

S.E. BUZIOS X BELA VISTA FC – SÉRIE C – PROFISSIONAL – 20/03/11.

Reclamado(s): S.E. BUZIOS, Associação incurso no art. 191 III do CBJD. EDSON TAVARES SANTOS, Atleta do Bela Vista FC, incurso no art. 258 §2º, II e 243-F §1º do CBJD. JOSÉ LEANDRO FERREIRA DE MACEDO, Atleta do Bela Vista FC, incurso no art. 254 §1º I do CBJD. LUAM PEREIRA MARTINS, Atleta do S.E. de Búzios, incurso no art. 254 §1º I do CBJD.

Relator: Dr. Luis Bomfim Pereira.

Resultado: Por unanimidade de votos, multado o 1º denunciado em R\$100,00 (cem) reais, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 191 III do CBJD.

[...]

TJD-Futebol/MA – 2º CD

PROCESSO 007/2011

JOGO: S. E. NACIONAL X MOTO CLUB DE SÃO LUIS, realizado no dia 17.03.2011, no Estádio Municipal Correão, válido pelo Campeonato Maranhense de Futebol Profissional Serie "A" 2011.

DENUNCIADO: SOCIEDADE ESPORTIVA NACIONAL, Entidade de prática desportiva, incurso nos arts. 26 do Regulamento da Competição e 191 do CBJD.

RELATOR: Dr. José Ricardo Cateb.

RESULTADO: Por unanimidade de votos a Sociedade Esportiva Nacional foi apenada com perda de 01 (um) mando de campo por infração ao art. 26, §9º Regulamento do Campeonato Maranhense de Futebol Profissional Serie "A" edição 2011 e Multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) com prazo de 48 horas para pagamento das taxas do jogo e multa por infração ao artigo 191, III do CBJD.

TJD-Futebol/BA – 2º CD

PROCESSO Nº. 085/11

PARTIDA: ALAGOINHAS ATLÉTICO CLUBE X JUAZEIRO SOCIAL CLUBE – SUB-20 – Realizada em 26.03.11

DENUNCIADO (S): ALAGOINHAS ATLÉTICO CLUBE, e o JUAZEIRO SOCIAL CLUBE, ambos incursos no Artigo 191, III do CBJD.

Relator Dr. JORGE TEIXEIRA DE ALMEIDA. Procurador Dr. MILTON JORDÃO.

DECISÃO: Acordam os Juízes desta Egrégia Comissão Disciplinar do Tribunal de Justiça Desportiva, por unanimidade em julgar procedente a denúncia para condenar

ALAGOINHAS ATLÉTICO CLUBE, e o JUAZEIRO SOCIAL CLUBE,
ambos infratores do Artigo 191, III c/c o "caput" do Artigo 182
todos do CBJD, por serem reincidentes, pena de multa de R\$
1.500,00 reduzida pela metade fixando em R\$ 750,00
(Setecentos e cinquenta Reais), pela ausência de Médico nos
seus Bancos de reservas descumprimento o Artigo 32 do
Regulamento da Competição, na partida acima mencionada
válida pelo Campeonato Baiano de Futebol – SUB-20 – 2011.

Note-se que isso não significa negar que o atleta, em si, também possa vir a incorrer, em tese, na norma debatida, caso malfira deveres de ordem meramente administrativa, burocrática e de regularidade documental, financeira ou cadastral, por exemplo; o que não se concebe é a incidência deste tipo para o **competidor em prova**, porquanto não é da essência do dispositivo açambarcar o descumprimento de toda e qualquer regra regulamentar.

Portanto, *modus in rebus*.

Tudo ou praticamente tudo no esporte é regulamentado. Há normas de diversas naturezas, permissivas, proibitivas, explicativas, complementares etc.; nesse passo, **se todo e qualquer descumprimento dos regulamentos atraísse a incidência da norma do art. 191 do CBJD, estar-se-lhe-ia conferindo elasticidade incomensurável, praticamente inesgotável, e, por isso, incompatível com sua mens, ferindo seus genuínos desideratos.**

O extremo disso seria – sob pena de flagrante agressão à isonomia – a necessidade de a Procuradoria denunciar todo piloto que, v.g., procedesse a uma inofensiva manobra irregular no transcorrer de uma prova. Ou, na própria prova em questão, a PJD deveria denunciar todos os que entraram prematuramente nos box. Ou, ainda, no Futebol, deveria ser denunciado todo jogador que cometesse a menor das faltas ou, com semidesprezível grau de culpa, encostasse sua mão na bola.

Todas essas condutas são vedadas pelas regras da prova/jogo/competição; **mas, nem por isso, são alcançadas pela norma do art. 191, do CBJD.**

De mais a mais, é oportuno observar que o preceito secundário do tipo do art. 191 do CBJD, ao estabelecer como pena a multa, "com fixação de prazo para cumprimento da obrigação", não se referiu a uma aventada "obrigação de pagar a multa", até porque, com o perdão pelo truísmo, "multa" não constitui "obrigação", propriamente dita; multa é "multa", ou seja, sanção.

Bem por isso, mostra-se inadequado falar-se em fixação de prazo para o cumprimento de uma "obrigação de pagar a multa" pelos denunciados, como quer a d. Procuradoria, tendo em vista que a obrigação a que alude o preceito secundário do art. 191 é a obrigação prevista em qualquer dos seus incisos, isto é, a obrigação cujo descumprimento dá azo à responsabilização disciplinar do agente.

Outrossim, apenas para evitar debates equivocados, sequer se avenge uma inusitada atribuição da d. Procuradoria da Justiça Desportiva em oferecer denúncia com arrimo não no Código Brasileiro de Justiça Desportiva, mas em códigos de modalidades, regulamentos desportivos, regulamentos particulares de prova etc.

Isso porque o art. 21 do CBJD assenta, de forma clara, a *missão institucional* da Procuradoria da Justiça Desportiva, sem margens para interpretações destoantes:

Art. 21. A Procuradoria da Justiça Desportiva destina-se a promover a responsabilidade das pessoas naturais ou jurídicas que violarem as disposições deste Código, exercida por procuradores nomeados pelo respectivo Tribunal (STJD ou TJD), aos quais compete: (Res. CNE 29/2009).
I - oferecer denúncia, nos casos previstos em lei ou neste Código; (Res. 11 e 13/ 2006); (g.n.)
[...]

Então, se nem a lei nem o CBJD conferiram à PJD atribuição para *denunciar* atletas com base em regulamentos particulares ou códigos de modalidades esportivas, à toda evidência, não há falar em denúncia por violação de suas disposições.

Diz-se isso porque não se pode perder de vista o real escopo da *denúncia*, tal qual prevista pelo CBJD, valendo lembrar que o art. 73 enuncia que "o procedimento sumário será iniciado privativamente mediante denúncia da Procuradoria e destina-se à aplicação de medidas disciplinares" (Res. CNE 29/2009), e, como de sabença, *infração disciplinar* é "toda ação ou omissão antidesportiva, típica e culpável", consoante art. 156 do CBJD; daí – gize-se – a impropriedade de se excogitar uma denúncia alicerçada em regulamentos outros que não o CBJD.

Enfim, sobejamente esclarecida a *ausência de subsunção* da conduta dos competidores à norma do art. 191, III, do CBJD, resta analisar a possibilidade de ainda serem eles incursos nas penas de algum outro tipo, mediante aplicação da *emendatio libelli*, qual concebida no Direito Processual Penal, ou seja, atribuindo-se aos fatos descritos na denúncia definição jurídica diversa (art. 383, CPP).

Desde logo, afasta-se qualquer alegação de prejuízo à defesa, pois que, como cediço, o denunciado se defende dos fatos narrados, não da respectiva qualificação jurídica.

Aliás, o próprio Código o autoriza, como se extrai da leitura de seu art. 79, parágrafo único, *verbis*:

A indicação de dispositivo inaplicável aos fatos não inquina a denúncia e deverá ser corrigida pelo procurador presente a

sessão de julgamento, podendo a parte interessada requerer o adiamento do julgamento para a sessão subsequente. (g.n.)

Veja-se que, embora não tenha havido formal aditamento da denúncia pela PJD, é evidente que, à Comissão Disciplinar, é perfeitamente lícito que proceda à desclassificação para o tipo que julgar adequado, tendo em vista que os fatos considerados permanecem os mesmos já descritos na peça acusatória.

Lembre-se: a *emendatio libelli*, por sua própria natureza, prescinde de qualquer aditamento; tal possibilidade, a propósito, sequer chega a ser controvertida na jurisprudência desportiva, que é pródiga em precedentes no sentido da desclassificação, sempre que a narração dos fatos da denúncia não correspondem ao dispositivo inicialmente indicado pela Procuradoria.

Ultrapassado este ponto, primeiramente, tenha-se em mente que a *infração disciplinar* – expressão com sentido técnico, como visto linhas acima –, em regra, sequer coincide com o desrespeito a determinada regra do jogo/competição; é por isso que pode, naturalmente, acontecer de o atleta ser penalizado no âmbito de sua prova, inclusive com sanções severas, e, mesmo assim, sua conduta não se subsumir a qualquer dos tipos previstos no CBJD.

Nada obstante, cabe ao julgador, ao tomar conhecimento da denúncia formulada, ater-se aos fatos descritos e avaliar se, realmente, eles constituem uma *infração disciplinar*, propriamente dita.

E, de fato, apesar de ter sido veementemente negada a tipicidade da conduta narrada à luz do art. 191, III, do CBJD – conforme examinado *supra* –, uma análise cautelosa das atitudes dos competidores, associada às provas carreadas aos autos e, sobretudo, à produzida em sessão de julgamento, conduz, mesmo, à conclusão de que eles devem ser incursos nas penas não do artigo invocado

na denúncia, mas nas do art. 258, do CBJD (Res. CNE 29/2009), *in verbis*:

Art. 258. Assumir qualquer conduta contrária à disciplina ou à ética desportiva não tipificada pelas demais regras deste Código.

PENA: suspensão de uma a seis partidas, provas ou equivalentes, se praticada por atleta, mesmo se suplente, treinador, médico ou membro da comissão técnica, e suspensão pelo prazo de quinze a cento e oitenta dias, se praticada por qualquer outra pessoa natural submetida a este Código. (NR).

§ 1º É facultado ao órgão julgante substituir a pena de suspensão pela de advertência se a infração for de pequena gravidade. (AC).

§ 2º Constituem exemplos de atitudes contrárias à disciplina ou à ética desportiva, para os fins deste artigo, sem prejuízo de outros:

I - desistir de disputar partida, depois de iniciada, por abandono, simulação de contusão, ou tentar impedir, por qualquer meio, o seu prosseguimento; (AC).

II - desrespeitar os membros da equipe de arbitragem, ou reclamar desrespeitosamente contra suas decisões. (AC).

Destaque-se, por oportuno, que a mera entrada extemporânea dos pilotos nos box **não será** – nem poderia ser – considerada para fins de enquadramento típico no artigo retrotranscrito, pelos fundamentos já detidamente analisados.

É dizer: o descumprimento, puro e simples, de regra da modalidade não traduz, necessária e automaticamente, *infração disciplinar*; a conduta dos pilotos que propicia a presente desclassificação é, tão somente, a **desobediência à ordem expressa dimanada dos comissários**.

Com efeito, malgrado ter ficado incontroversa a existência de algumas irregularidades *acessórias* na comunicação dirigida aos pilotos – v.g.: a não

apresentação da bandeira preta aos excluídos da prova, bem como a bandeirada no fim desta –, isso não teve o condão de repercutir na atitude e decisão ilegítima dos competidores, até porque, logicamente, a irregularidade de não ser apresentada a bandeira preta subseguiu a aplicação da penalidade do *drive thought* (não respeitada pelos pilotos).


Inexiste, portanto, espaço para maiores interpretações quanto à dinâmica dos fatos: os denunciados optaram por descumprir, deliberadamente, a ordem explícita de *drive thought*, assumindo o risco de ensejar a própria responsabilização disciplinar (art. 157, III, *in fine*, do CBJD). A infração (art. 258, CBJD) se consumou aqui; são, para fins de responsabilidade disciplinar dos atletas, irrelevantes as irregularidades praticadas pelos comissários, *a posteriori*.

Eis, assim, a cronologia dos fatos: **i)** anúncio (duvidoso?) de abertura dos box; **ii)** entrada intempestiva nos box; **iii)** penalização com *drive thought*; **iv)** descumprimento da sanção; **v)** não apresentação de bandeira preta; e **vi)** bandeirada. Por óbvio, as últimas situações não condicionam a decisão de não realizar o *drive thought*, anterior.

Perceba-se que, conquanto possa ter havido dúvida quanto ao momento de abertura dos box – o que teria levado alguns pilotos a neles ingressarem precipitadamente –, o anúncio da punição de *drive thought* não pareceu nada duvidoso. Diz a defesa:

"A problemática que envolveu a abertura dos Box foi provocada pelo narrador oficial da prova que, independente de deter ou não autorização para isso, induziu em erro grande parte das equipes ao propagar que o mesmo estava aberto, o que motivou a entrada de vários carros, como bem relatado na própria Denúncia.

"Portanto, a penalidade de se fazer o *drive thought*, quando imposta, gerou dúvidas em todos, até mesmo na direção da prova [...]" – fls. 231. (g.n.)



Ora, a despeito, portanto, da suposta confusão que ensejou a penalização subsequente (*drive thought*), o fato é que esta última foi *muito bem compreendida pelos denunciados*, que, entretanto, preferiram se valer de uma alegada nebulosidade anterior – relativa à abertura dos box – para considerarem, ao seu *arbítrio*, por sua conta e risco, obscura também a penalidade aplicada, o que não condiz com a realidade, haja vista a prova oral produzida e, como destacado, os próprios termos da defesa.

É dizer: não houve *ruído* algum na inequívoca ordem de *drive thought*, mesmo que a respectiva causa possa ter sido, como alegam os denunciados, *injusta*, diante de uma dúvida pairante. A sanção, pois, foi *claramente* aplicada e seu eventual questionamento não poderia ser realizado senão pelas vias próprias, com os instrumentos adequados, nos quais, obviamente, não se inclui a recalcitrância ilegítima dos pilotos em cumprir o nítido comando dos comissários.

Nesta ordem de ideias, não há dúvidas de que assumiram *conduta claramente contrária à disciplina e à ética desportiva*, não tipificada por outras regras do Código, fazendo jus, portanto, à responsabilização disciplinar; daí que merecem ser suspensos por 01 (uma) prova pela infração cometida, bem ponderada a relação de proporcionalidade entre a conduta e o resultado.

Nem se insinue que a conduta, concreta, não estaria contemplada no tipo do art. 258, notadamente em seu parágrafo segundo.

Primeiro, porque as ações dos denunciados podem, sim, ser consideradas enquadradas no seu inciso II, *ab initio*, pois não deixou de haver claro desrespeito aos membros da equipe de arbitragem; depois, porque, mesmo que não se considerasse prevista, explicitamente, a conduta dos denunciados no art. 258, § 2º, II, CBJD, o caput deste dispositivo já seria mais do que suficiente à

caracterização da infração disciplinar, porquanto é *inescondível* o fato de terem as ações sido contrárias à disciplina e à ética desportiva.

De qualquer sorte, **i)** as supracomentadas irregularidades praticadas pelos comissários; **ii)** o fato de outros competidores terem incorrido na mesma situação; e, sobretudo, **iii)** as baixas gravidade e lesividade, *in concreto*, do descumprimento da ordem de *drive thought*, viabilizam a incidência do *privilégio* previsto no parágrafo 1º do art. 258, cabendo a *substituição* da pena de suspensão de prova pela de advertência.

Por fim, apenas se esclarece que não há falar em *transação disciplinar desportiva* (n/f art. 80-A, § 1º, II, CBJD – Res. CNE 29/2009), porquanto já se está a conceder ao denunciado o privilégio suprarreferido, ao passo que, para fins da aludida *transação*, ser-lhe-ia imediatamente aplicada a pena de *multa*, de *suspensão por partida* ou de *suspensão por prazo*, tudo muito mais gravoso.

Forte, pois, nesses fundamentos, declarava EXTINTA A PUNIBILIDADE dos denunciados, por força da prescrição; ultrapassada esta, DESCLASSIFICAVA a infração para o tipo do art. 258, *caput*, do CBJD, julgando parcialmente procedente a denúncia para CONDENAR os acusados à SUSPENSÃO por 01 (uma) prova, pena que SUBSTITUÍA pela de ADVERTÊNCIA, n/f do art. 258, *caput* c/c § 1º, do CBJD.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2011.


GÉRARD PHILIPPE FILIZZOLA DE MEDEIROS
Vogal Vencido



COMISSÃO DISCIPLINAR DO S.T.J.D.

Processo 29/2010 – CD

DENÚNCIA

DENUNCIANTE: Procuradoria do STJD da CBA

DENUNCIADOS: Rodrigo Sperafico, Ricardo Sperafico e Alan Hellmeister

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Denúncia, em que é Denunciante Procuradoria do STJD da CBA e Denunciados Rodrigo Sperafico, Ricardo Sperafico e Alan Hellmeister.

A C O R D A M os Auditores que compõem a Comissão Disciplinar do S.T.J.D., por maioria de votos, em rejeitar a preliminar de prescrição, sendo vencidos os Auditores Gérard Philipe Filizzola de Medeiros e Marcelo Coelho de Souza, que a acolhiam. E quanto ao mérito, por maioria de votos, em acolher parcialmente a Denúncia, nos termos do voto do Relator, para condenar os Denunciados ao pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cada denunciado, a ser cumprida no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o trânsito em julgado desta decisão, sendo vencido o voto do Auditor Gérard Philipe Filizzola de Medeiros, que a acolhia, em parte, para desclassificar a infração para a do tipo do artigo 258 do CBJD, nos termos do voto vencido.

Rio de Janeiro (RJ), 03 de maio de 2011.


RICARDO CORIOLANO CARVALHO
AUDITOR RELATOR

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Rua da Glória, 290 - 8º andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20241-180 - Tel: (21) 2221-4895 - Fax: (21) 2221-4531
www.cba.org.br